



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.110.A005>

## **Estou formado e agora? O percurso profissional de egressos de psicologia da UFSC**

*I'm graduated and now? The path of graduates in psychology at UFSC*

---

Valéria de Bettio Mattos  
Universidade Federal de Santa Catarina  
<https://orcid.org/0000-0002-6215-1002>  
[valeria.mattos@ufsc.br](mailto:valeria.mattos@ufsc.br)

Cláudia Regina Campos Rodrigues  
Universidade Estadual de Campinas  
<https://orcid.org/0000-0002-8599-3683>

Gabriela Amâncio de Souza  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
<https://orcid.org/0000-0001-7515-0693>

### Resumo

Este estudo investigou a trajetória educacional e profissional de egressos do curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ingressantes de 2008 a 2013. Trata-se de investigação descritiva e exploratória, de natureza quantitativa. Com 103 participantes formados entre 2010 e 2017, utilizou-se questionário online com perguntas fechadas e abertas, baseado nos eixos: informações sociodemográficas, trajetória no curso, avaliação do curso, formação complementar e atuação profissional. Os resultados apontam satisfação na formação recebida na instituição, prevalecendo a atuação tradicional em clínica (48,5%), combinada à psicologia organizacional e do trabalho (34,8%). Esse cenário guarda relação direta com experiências na graduação (atividades de extensão e estágios). Destacam-se, ainda, inserções em psicologia social (22,7%), psicologia escolar/educacional (13,6%), além de psicologia jurídica (4,5%), do esporte (3%), hospitalar (3%) e psicopedagogia (3%). O avanço dessas práticas evidencia campos de atuação antes fechados à psicologia, concomitantemente às políticas públicas que recentemente têm exigido a presença deste profissional.

**Palavras-chave:** psicólogos; formação profissional; escolha de carreira profissional.

### Abstract

This study investigated the educational and professional path of graduates of the Psychology course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), who started their studies from 2008 to 2013. It is a descriptive and exploratory investigation, in a quantitative way. With 103 participants graduated from 2010 to 2017, an online questionnaire was used, based on the axes: sociodemographic information, graduate's trajectory, graduate's evaluation, complementary training and professional performance. The results indicate satisfaction on the training received at the university, prevailing the traditional practice in clinic (48.5%), combined with the Industrial and Organizational Psychology (34.8%). This scenario is directly related to undergraduate experiences (community activities and internships). Also noteworthy are insertions in Social Psychology (22.7%), School/Educational Psychology (13.6%), in addition to Legal Psychology (4.5%), Sport Psychology (3%), Hospital Psychology (3%) and Psychopedagogy (3%). The advancement of these practices reveals fields of action previously closed to Psychology, concomitantly with public policies that have recently required the presence of this professional.

**Keywords:** psychologists; professional education; professional career choice.

### Resumen

Este estudio investigó la trayectoria educativa y profesional de los egresados del curso de psicología de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), recién llegados entre 2010 y 2017. Esta es una investigación descriptiva y exploratoria, de naturaleza cuantitativa. Con la participación de 103 graduados entre 2010 y 2017, se utilizó un cuestionario online, basado en los ejes: información sociodemográfica, trayectoria en el curso, evaluación del curso, capacitación complementaria y desempeño profesional. Los resultados indican satisfacción en la capacitación recibida en la UFSC, prevaleciendo la práctica tradicional en clínica (48.5%), combinada con la psicología de las organizaciones y del trabajo (34.8%). Este escenario está directamente relacionado con las experiencias de grado (actividades de extensión y pasantías). También destacan las inserciones en psicología social (22.7%), psicología escolar / educativa (13.6%), así como en la psicología legal (4.5%), del deporte (3%), hospitalaria (3%) y psicopedagogía (3%). El avance de estas prácticas revela campos de acción previamente cerrados a la psicología, concomitantemente con políticas públicas que recientemente han requerido la presencia de este profesional.

**Palabras clave:** psicólogos; formación profesional; elección de carrera.

---

## Introdução

Este artigo analisa a trajetória profissional de egressos do curso de psicologia formados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre 2010 e 2017. O intuito da pesquisa é verificar se as experiências acadêmicas durante a graduação guardam relação com a prática profissional dos egressos nos anos recentes, além de identificar como avaliam a formação realizada na instituição. Para fins de contextualização, de acordo com o seu Projeto Pedagógico (UFSC, 2018), trata-se de um curso ofertado em tempo integral, em uma universidade pública e federal, com carga horária de 4080 horas (formação de psicólogo). O currículo envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão atreladas a quatro áreas/ênfases: a) saúde e processos clínicos; b) trabalho, organizações e gestão; c) escolar e educacional e d) processos comunitários e ações coletivas. A escolha do curso da UFSC para a realização da pesquisa se deu pelo histórico de ser a primeira graduação em Psicologia do estado de Santa Catarina, tendo sua primeira turma em 1978, além de ser a única pública e totalmente gratuita, assumindo responsabilidade técnica, científica, política e social com a formação de seus egressos (UFSC, 2018).

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, tem-se como premissa que a formação no nível da graduação centra-se, mormente, na transmissão/desenvolvimento de um conhecimento mais generalista (Conselho Nacional de Educação [CNE], 2011; Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2018; Fernandes, Seixas, & Yamamoto, 2018; Pereira, 2011). Nesta perspectiva, os acadêmicos têm a oportunidade de entrar em contato com disciplinas de formação geral, voltadas à cultura universal e humanidades, disciplinas básicas direcionadas à ciência e disciplinas profissionalizantes, que os capacitem minimamente a atuarem em alguma(s) área(s) de interesse, cuja disponibilidade e oportunidade no mundo do trabalho apresentam-se profícuas.

Destaca-se que a avaliação dos egressos acerca da formação recebida é meta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2015) e está presente nos

Planos de Desenvolvimento Institucional de universidades públicas. Tal avaliação serve de referência para que as reformas curriculares sejam realizadas e periodicamente revisitadas, respeitando as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação (Pereira, 2011).

Além dos objetivos de avaliação de um curso específico e das contribuições no nível de reformas curriculares, a produção de artigos divulgando dados de egressos compõe o debate técnico e científico sobre a formação de profissionais de psicologia no país, atendendo o planejamento de desenvolvimento institucional das instituições universitárias federais, bem como pode promover discussões sobre o perfil do egresso em diferentes instituições, públicas e privadas. Isso é relevante tanto em termos de informações sociodemográficas dos estudantes - discutidos, por exemplo, por Macedo e Reis (2021); quanto pela pertinência da formação oferecida em relação às áreas de atuação e ao mercado de trabalho. O acompanhamento da trajetória de egressos é importante, ainda, para verificar percursos profissionais e o seu impacto para o desenvolvimento social, científico e econômico da comunidade local, regional, nacional e internacional.

Para analisar o percurso dos egressos, fez-se necessário articular o processo formativo inicial (além da existência de continuidade dos estudos no nível da pós-graduação) com a sua atuação profissional recente. Além disso, recorreu-se à análise dos condicionantes macro e microssociais, tendo em vista que a busca por formação universitária pública tem se mostrado aberta para uma parcela da população brasileira que há cerca de uma década não vislumbrava a possibilidade de acessá-la, inclusive no que se refere aos cursos de psicologia (Macedo & Reis, 2021). Nesse sentido, no nível micro, foram investigadas a origem social e a escolha da área de atuação dentre aqueles que trabalham com psicologia.

Enquanto isso, no nível macro, buscou-se verificar o impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e das políticas de cotas na amostra estudada, ambas contemporâneas do período investigado. O REUNI foi implantado pelo Decreto nº 6.096 (2007), tendo como objetivo principal a interiorização das instituições de ensino superior públicas, as quais até então encontravam-se majoritariamente nas capitais e principais centros urbanos. Tal política ocorreu para atender as metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE-2001-

2010) em consonância com a Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco (CMES-2009) que tinha como um de seus propósitos “garantir a igualdade de acesso aos grupos insuficientemente representados” (Ristoff, 2016). Quanto à política de cotas, a Lei nº 12.711 (2012) garante que 50% das vagas são destinadas a alunos provenientes do ensino público. Paralelamente, é prevista uma reserva de vagas também para representar as populações ditas minoritárias (cotas raciais), de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de cada estado brasileiro.

No caso da psicologia, os anos recentes têm evidenciado uma procura ascendente por este curso, visível na relação candidato/vaga dos vestibulares e processos seletivos das universidades. Na instituição pesquisada (UFSC), nos últimos anos, o curso de psicologia encontra-se entre os cinco mais procurados pelos vestibulandos na instituição, dentre um rol de mais de 130 cursos de graduação. Este movimento expressa um interesse maior pelo objeto motriz da área – comportamento humano – nas suas múltiplas manifestações e distintas interpretações.

A formação inicial leva em torno de cinco anos, para a habilitação profissional de bacharel e mais um ano e meio para agregar a habilitação de licenciado. O entendimento de “formação inicial” empregada aqui refere-se à conclusão da graduação. Em tempos impositivos de educação continuada (*long life learning*), como forma de complementar a formação generalista obtida na graduação, o prolongamento dos estudos (pós-graduação *lato e stricto sensu*) torna-se medida quase que obrigatória no caminho da especialidade com a qual se pretende trabalhar (Mattos & Bianchetti, 2011). Nesse sentido, Pereira (2011) lembra que “a graduação é a etapa inicial da formação do estudante e não a formação completa” (p.125).

Diante deste cenário, supunha-se que os egressos de psicologia prolongavam seus estudos no nível de pós-graduação *lato e stricto sensu* com vistas a consolidar a formação generalista obtida na instituição investigada, a fim de se sentirem mais preparados para atuar na profissão, tal como identificado em pesquisa nacional realizada há uma década (Bastos & Gomide, 2010). Acrescido da hipótese de uma abrangência maior de campos de atuação, impulsionada por políticas governamentais e novos espaços no mercado de trabalho.

### **Fim da graduação e indução à continuidade dos estudos: cenário brasileiro**

Desde as últimas décadas do século XX, percebe-se que o forte apelo ao

crescimento exponencial da pós-graduação nas universidades públicas não foi acompanhado equitativamente do incremento em infraestrutura, recursos tecnológicos e humanos (servidores técnico-administrativos e docentes). Estudos realizados desde os anos 2000 apontam para a precarização das condições de trabalho nas universidades e intensificação do trabalho docente (Bianchetti & Valle, 2014; Bianchetti, Zuin & Ferraz, 2018; Mancebo, 2011; Sguissardi & Silva, 2009; Zatti, Luna, Silva & Feigel, 2017). A busca para reparar tal cenário aparece como promessa do REUNI, porém sem incremento significativo até agora, dado que a quase totalidade das vagas criadas na última década foram destinadas aos quadros das novas instituições federais, localizadas majoritariamente no interior do país.

Números aumentados de matrículas na graduação e pós-graduação expressam a busca dos profissionais recém-formados por especialização e, ao mesmo tempo, forma de evitar a situação de desemprego ou trabalho precário (Mattos & Bianchetti, 2011). Não obstante, por tal aumento não ser acompanhado pela ampliação dos quadros de docentes e servidores técnico-administrativos, há impactos sobre a qualidade da relação que se estabelece com os acadêmicos, bem como sobre o tempo disponível para reflexão, imprescindível para uma produção qualificada. Como ilustram Sguissardi e Silva (2009), entre 1995 e 2005 houve uma diminuição de 30% nos recursos destinados às instituições entre 1995 e 2000. Neste mesmo período, houve um aumento de 27% de matrículas na graduação, 42% no mestrado e 72% no doutorado. A evolução do corpo docente não aconteceu nas mesmas proporções, uma vez que houve um registro de apenas 11% de acréscimo no mesmo período, somado a um decréscimo de 40% na composição do corpo técnico-administrativo. Dessa forma, uma parcela do trabalho antes executado por tal categoria foi transferido para os docentes ou para bolsistas contratados em condições precárias e com vínculos temporários (1 a 4 anos).

As universidades públicas, nos anos mais recentes (2016-atual), sofrem mais ainda o impacto dos sucessivos cortes orçamentários. Segundo reportagem de Moreno (2019), publicada no site da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), as universidades federais tiveram em 2017 o menor repasse de verbas em sete anos. Entre as 63 instituições, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013. Nesse período, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%. Ao mesmo tempo, a expansão de vagas tem sido constante desde 2009; só entre

2012 e 2016, o aumento de matrículas foi de 10% (INEP, 2017). Levando-se em consideração o que o Plano Nacional de Educação-PNE (2011-2020) dispõe, a previsão é matricular 30% da população da faixa etária apropriada (18 a 24 anos) no Ensino Superior, sendo que 40% deles deveriam ser alocados em IES públicas. Ademais, segundo dados do INEP (2019), apenas 17% dos jovens e adultos entre 25 e 34 anos têm diploma universitário.

Além disso, de acordo com o PNE vigente até 2024, pretende-se formar 57 mil mestres acadêmicos e outros seis mil mestres profissionais, além de 19 mil doutores anualmente. Para alavancar este projeto ambicioso, o orçamento destinado às IES teria que extrapolar a cota do PIB que lhe foi pensada: 7% nos anos de execução do Plano. Entretanto, isso não foi implementado. Segundo dados do INEP (2017), a educação dispunha de um orçamento para 2018 com um decréscimo de 32% comparado ao ano anterior, cujo maior impacto incide no ensino superior público. Em 2020, as IES trabalharam com cerca de 60% do orçamento do ano anterior e em 2021, a previsão é que o orçamento seja 30% inferior ao ano anterior.

Importante retomar a existência, há cerca de uma década, de projetos destinados a reparar o acesso ao ensino superior, até então, negado à maioria da população brasileira. Desde 2019, o Ministério da Educação tem adotado medidas de contingenciamento do orçamento previsto para as universidades públicas, com discurso que enfatiza a necessidade das próprias instituições se responsabilizarem pela captação de recursos. Dito de outra forma, a “conta não fecha”, pois o governo estabelece o aumento do número de vagas e diminui o investimento no setor, o que impacta a rubrica destinada à permanência estudantil. Não obstante, dado o período de implantação das referidas políticas, o seu impacto sobre os dados coletados junto ao público investigado nesta pesquisa, ingressantes entre 2008 e 2013, ainda não demonstram de maneira marcada o acesso de um público de *status* socioeconômico mais vulnerável.

## Objetivos

Diante do cenário exposto, retomamos que este estudo objetiva analisar a trajetória acadêmica e profissional de egressos de psicologia formados na UFSC, entre 2010 a 2017.

## Método

A fim de traçar o perfil do psicólogo egresso da UFSC relacionando-o a questões tocantes à avaliação da formação obtida e sua relação com a carreira empreendida até o momento da coleta dos dados, a pesquisa caracteriza-se como descritiva com finalidade exploratória, de natureza quanti-qualitativa. Contudo, neste artigo, são abordados principalmente os dados quantitativos, cujas respostas ajudam a compreender os condicionantes que determinam a formação educacional e trajetória profissional dos jovens egressos da instituição analisada.

### Participantes

Participaram do estudo 103 egressos formados em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo critério de inclusão na pesquisa o ano de ingresso no curso entre 2008 a 2013 e já ter concluído o curso. A definição desse período como critério de inclusão se deu por dois fatores: o limite inferior, ano de 2008, representa uma década anterior à data do início da pesquisa, enquanto o limite superior, ano de 2013, abrange os egressos mais recentemente formados no momento da coleta de dados, uma vez que o curso tem duração de 5 anos e que a adesão à pesquisa, foi voluntária. O número de participantes corresponde a 45,2% do total de ingressantes no período investigado. Informações sobre perfil, trajetória educacional e profissional são apresentadas na seção dos resultados.

### Instrumento de coleta de dados

O questionário *online* utilizado continha principalmente questões de resposta fechada. Na página inicial, era exibido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo expresso que a pessoa deveria concordar com o Termo para passar para a próxima página. Em seguida, havia perguntas de cinco eixos norteadores: 1) informações sociodemográficas (idade, região de procedência, grau de instrução dos pais); 2) trajetória no curso (ano de ingresso e formação, área de estágios, atividades de pesquisa e extensão); 3) avaliação do curso; 4) formação complementar/pós-graduação e 5) atuação profissional (durante e após a conclusão da graduação).

### **Procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos**

A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CAAE: 77604417.8.0000.0121), estando em andamento entre 2018 e 2019. Foram tomados os devidos cuidados éticos, como uso de um TCLE, já descrito, a preservação do sigilo dos dados (analisados de forma coletiva) e o anonimato dos participantes.

Em março de 2018, foi enviado um *e-mail* às 228 pessoas formadas em psicologia no período estudado, com informações gerais sobre o objetivo da investigação e convite para participar da pesquisa. A lista com o endereço de *e-mails* dos ingressantes (2008-2013) foi obtida através da Secretaria do Curso, sendo que apenas três dos endereços não estavam mais válidos. No corpo do e-mail, havia explicações da pesquisa e o acesso ao questionário *online* (*Google Forms*) a ser respondido. Em seguida, foram enviadas mais duas mensagens, com lembretes para responder o questionário, totalizando o período de um mês para a coleta dos dados.

### **Procedimentos de análise de dados**

Foram analisadas neste artigo majoritariamente as questões de resposta fechada, com base nas quais foram feitas análises quantitativas descritivas (médias e frequências) e organização dos dados em tabelas e gráficos. Além disso, uma minoria de questões abertas, assim como respostas à opção “outros” de questões fechadas foram analisadas, resumindo as respostas.

## **Resultados**

Da população total investigada, 103 participantes (45,2%) responderam ao questionário. Os anos de ingresso com maior adesão foram de 2008 (27,2%, n=28), 2009 e 2010, ambos com percentual de 23,3% (n=24). Com relação ao ano de formatura, variou de 2010 a 2017, sendo que houve maiores percentuais entre os formados em 2015 e 2016 (ambos com 20,4%, n =21). Ao se analisar o perfil sociodemográfico, há prevalência de uma faixa etária majoritariamente jovem (77,7% da amostra, n=80, têm entre 21 e 30 anos). Além disso, há forte regionalização em níveis estaduais, pois 64,1% (n=66) são originários de Santa Catarina, além de prevalência maciça do meio urbano (apenas um

respondente é originário do meio rural).

Interessava também investigar a rede que deu suporte aos estudantes durante sua formação, bem como o papel da família na permanência e conclusão dos estudos no curso investigado.

Os resultados extraídos de uma questão com itens de respostas múltiplas apontam que 90,3% (n=93) dos pesquisados afirmaram ter recebido suporte financeiro durante a graduação, seguidos de 84,5% (n=87) de suporte emocional. Apenas 9,7% (n=10) informaram ter recebido suporte intelectual (conhecimento específico da área) e 3,9% (n=4) que não receberam nenhum tipo de suporte de seus pais/responsáveis. Guardando relação com tal dado, são apresentados a seguir a escolaridade de pais (Figuras 1) e mães (Figura 2).

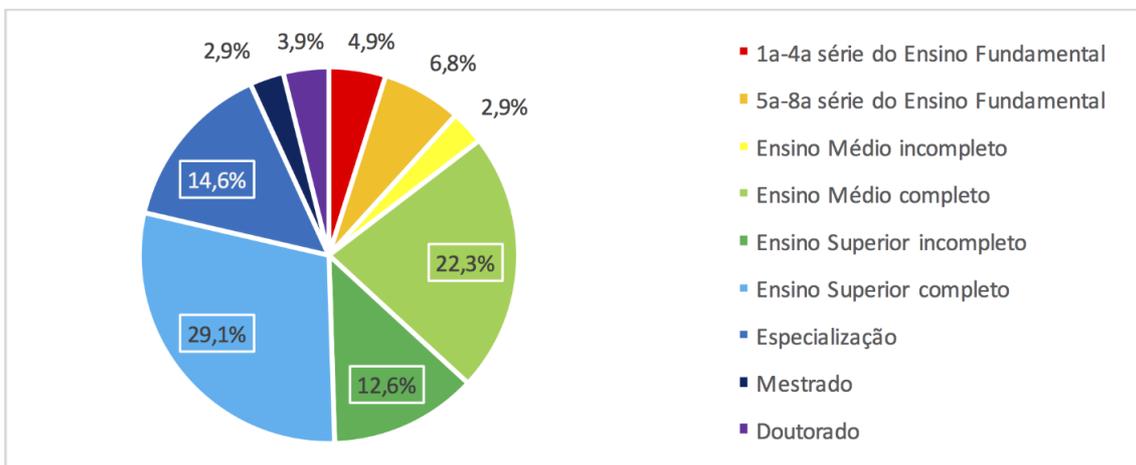


Figura 1. Porcentagens relativas ao grau de instrução do pai dos egressos.

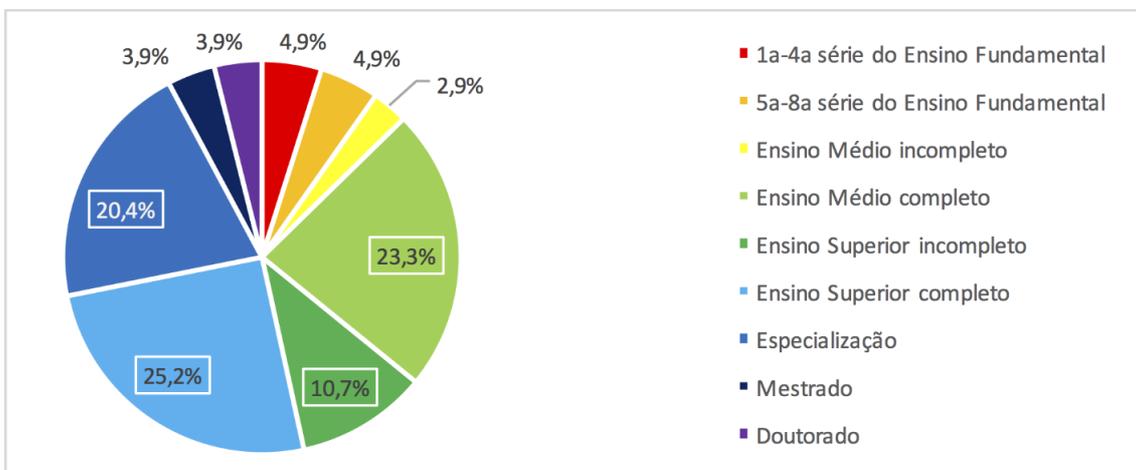


Figura 2. Porcentagens relativas ao grau de instrução da mãe dos egressos.

Sobre esta variável, vale destacar que 29,1% (n=30) dos pais e 25,2% (n=26) das mães dos participantes possuem ao menos uma graduação, índices estes que se somados a pós-graduação (*lato* ou *stricto sensu*) sobem para 50,5% (n=52) dos pais e 53,4% (n=55) das mães. Além disso, também há valores expressivos de pais e mães de egressos com ensino médio completo, respectivamente 22,3% (n=23) e 23,3% (n=24).

Vale lembrar que um elemento fundamental na profissionalização dos psicólogos guarda relação com a realização de estágios em diferentes áreas e campos ao longo da graduação, os quais associados a atividades de extensão, ambos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE, 2011; CNS, 2018), potencializam a formação dos acadêmicos. No curso pesquisado há a exigência de realização de estágio obrigatório, ao menos, em duas áreas distintas. Dentre os egressos pesquisados, verifica-se a predominância de estágios na área de saúde e processos clínicos (87,4%, n=90), seguidos daqueles ligados a trabalho, organizações e gestão (61,2%, n=63), psicologia escolar e educacional (42,7%, n=44) e processos comunitários e ações coletivas (26,2%, n=27). Ao passo que as atividades de extensão são mais diversificadas, cujas maiores frequências foram 57,3% (n=59) em saúde; 37,9% (n=39) em educacional; 31,1% (n=32) em psicologia organizacional e do trabalho e 21,4% (n=22) em psicologia social, além de 17,5% (n=18) que nunca a realizaram.

A Figura 3 expõe a avaliação que os egressos fazem de diversos aspectos do curso.

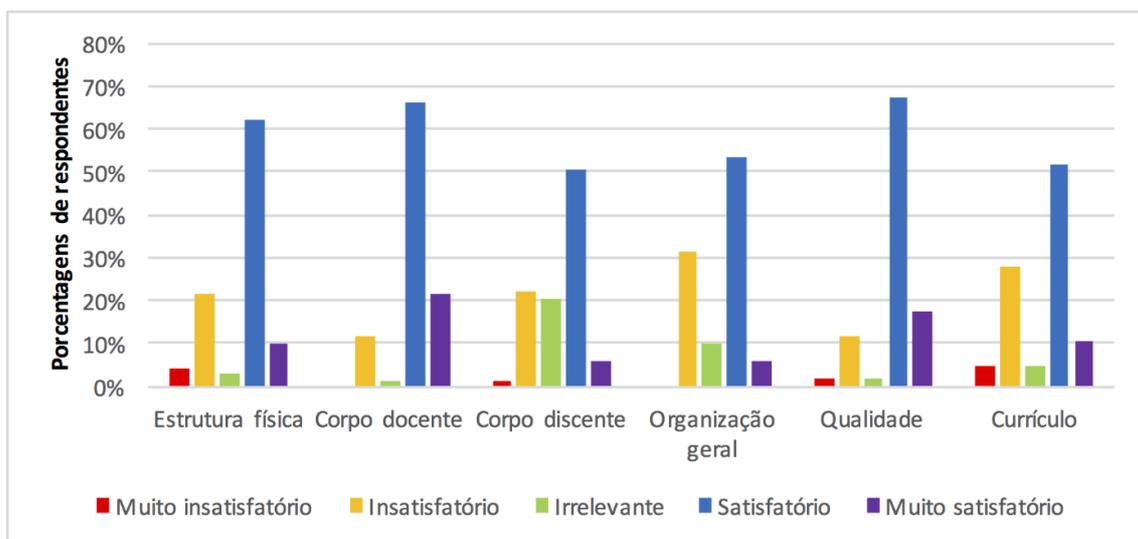


Figura 3. Avaliação de aspectos do curso de graduação frequentado pelos egressos.

Evidencia-se uma percepção positiva em todas as dimensões analisadas, prevalecendo de maneira marcada a opção “satisfatório” em todas as dimensões avaliadas (variando de 50,5%, n=52, em “corpo discente” a 67%, n=69, em “qualidade”). Corroborando com esta percepção, a opção “muito insatisfatório” aparece com a frequência mais baixa (até 4,9%, n=5, em “currículo”) ou inexistente (no caso das dimensões “corpo docente” e “organização geral”).

Partindo para as formações complementares e pós-graduação, os resultados mostram que 84,5% (n=87) dos egressos realizam ou realizaram algum tipo de curso após a conclusão da graduação. A respeito do tipo de formação posterior, há prevalência no nível da especialização, principalmente nas Ciências Humanas (31,1%, n=32) e nas Ciências da Saúde (20,4%, n=21), Multidisciplinar ou outras áreas (com 10,7% cada, n=11). Também houve destaque para aqueles que realizaram Mestrado Acadêmico em Ciências Humanas (22,3%, n=23). Outras áreas (Ciências Exatas e da terra, Agrárias, Biológicas e Sociais, Engenharia, Linguística, Letras e Arte) e outros tipos de formação (outra graduação, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado) tiveram percentuais inferiores a 4% nesta questão.

Entre os registros que justificam a busca pela continuidade dos estudos no nível da pós-graduação, 73,8% (n=76) dos egressos a fazem/fizeram para aprimorar conhecimentos técnico-científicos, 34% (n=35) justificam sua realização por exigência do mercado, 27,2% (n=28) por interesse em pesquisa e na carreira acadêmica, seguidos por 14,6% (n=15) de acadêmicos que estão na pós-graduação por ser a bolsa de estudos uma opção financeira imediata.

Em relação à situação de trabalho durante a graduação, 63,1% (n=65) tiveram alguma experiência laboral. Dentre os 36,9% (n=38) que não trabalharam durante a graduação (n=38), metade considera que as experiências formativas foram de extrema importância para o ingresso no mercado de trabalho, como fator capacitador para exercer a profissão. Adicionalmente, 21,1% (n=8) consideraram a formação obtida na graduação importante, totalizando dessa forma mais de 70% da amostra.

Quanto à inserção no mercado de trabalho no momento da pesquisa, 7,8% (n=8) dos respondentes indicaram que nunca haviam trabalhado, 14,6% (n=15) não trabalhavam no momento da pesquisa, mas já haviam trabalhado anteriormente, 53,4% (n=55) tinham trabalho formal e 24,3% (n=25) trabalho informal. Quanto à natureza do

vínculo laboral daqueles que trabalhavam no momento da coleta de dados (n total=80), 28,8% (n=23) informaram ser profissional liberal/autônomo, 25% (n=20) trabalhavam como empregados em empresas privadas, 24,7% (n=20) eram servidores públicos municipais, 13,8% (n=11) federais, 10% (n=8) estaduais e 3,8% (n=3) eram bolsistas (mestrado e residência em saúde pública).

Um dado que ajuda a pensar a inserção dos egressos investigados refere-se à associação ou não a outras práticas laborais que não restritas à psicologia. Nesse sentido, 66,2% (n=53) dos 80 participantes que trabalhavam no momento da pesquisa, atuavam exclusivamente como psicólogo, 16,2% (n=13) exercem a profissão, mas complementarmente a outra atividade e 17,5% (n=14) não a exercem. Assim, há um total de 66 egressos (64,1% da amostra total da pesquisa) atuando com psicologia.

Há que se registrar que 17,5% (n=14) dos respondentes da questão anterior (trabalhar como psicólogo) optaram por justificar sua resposta qualitativamente, por meio de registro textual. Nas respostas, aparece fortemente a justificativa de que, nos casos de atuação fora do escopo da psicologia, o conhecimento da área é largamente utilizado nas tarefas laborais cotidianas.

As principais áreas de atuação profissional dos egressos são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

*Frequência e Porcentagem das Áreas de Atuação dos Egressos que Trabalham com Psicologia*

Área de atuação profissional	Frequência	Porcentagem
Psicologia clínica	32	48,5%
Psicologia organizacional e do trabalho	23	34,8%
Psicologia social	15	22,7%
Psicologia escolar e educacional	9	13,6%
Psicologia jurídica	3	4,5%
Psicologia do esporte	2	3%
Psicologia hospitalar	2	3%
Psicopedagogia	2	3%
Total de egressos atuando com psicologia	66	100%

O destaque principal aparece para a psicologia clínica (com quase metade dos egressos), muitas vezes combinada a práticas tradicionais de psicologia organizacional e do trabalho (34,8%), seguidas por 22,7% que realizam atividades no campo da psicologia social e 13,6% que atuam em psicologia escolar/educacional. Todavia, há o registro de inserções, ainda que com baixos percentuais, nos campos da psicologia jurídica, do esporte, hospitalar e psicopedagogia, as quais expressam possibilidades de novas atuações profissionais nas últimas décadas.

Ainda no que se refere aos egressos que atuam com psicologia, a Tabela 2 apresenta suas principais atividades.

Tabela 2

*Frequência e Porcentagem das Principais Atividades Profissionais dos Egressos que Trabalham com Psicologia*

Atividade Realizada	Frequência	Porcentagem
Diagnóstico Psicológico	29	43,9%
Acompanhamento e Orientação Psicológica	27	40,1%
Orientação e Seleção Profissional	20	30,3%
Solução de Problemas Psicológicos	13	19,7%
Assessoria em Psicologia (Consultoria)	12	18,2%
Pesquisa em Psicologia	11	16,7%
Ensino de Psicologia	11	16,7%
Orientação Psicopedagógica	9	13,6%
Acompanhamento Psicossocial a Famílias	4	6,1%
Total de respondentes	66	100%

As atividades que apresentam maiores índices são “Diagnóstico Psicológico”, “Acompanhamento e Orientação Psicológica” e “Orientação e Seleção Profissional”. No que diz respeito às condicionantes que direcionaram a escolha pelas áreas/campos nos quais os egressos atuam, a maioria dos respondentes (72,7%, n=48) afirmou que a escolha se deu por interesse, seguida por 51,5% (n=34) que definiram suas escolhas pela oportunidade de mercado, 18,2% (n=12) optaram pela área por ter uma melhor

perspectiva de carreira e outros 18,2% (n=12) que determinaram sua escolha em função de melhores ganhos salariais.

### **Discussão**

Ao analisar os dados gerais sobre a amostra, levantamos algumas hipóteses e pontos de discussão a respeito do perfil, da trajetória educacional e profissional dos egressos de psicologia da UFSC. A prevalência de faixa etária jovem corresponde ao esperado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente. Cabe ressaltar que a UFSC aderiu ao SISU (Sistema de Seleção Unificada) apenas em 2016, o que ajuda a compreender a forte regionalização presente na instituição. Os resultados aqui expostos se aproximam dos dados nacionais, desde Bastos e Gondim (2010) a estudos recentes, como o relatório síntese do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) a respeito da área de psicologia (INEP, 2019; Macedo & Reis, 2021). Dada a recente implantação das políticas de acesso à universidade pública já mencionadas, os egressos investigados ainda não expressam seus efeitos, sendo o impacto melhor avaliado em alguns anos, condicionada sobretudo à manutenção/ampliação das políticas de permanência desses estudantes.

Alguns dados reforçam a hipótese acima expressa e ajudam a identificar a origem social dos participantes, como, por exemplo, a procedência maciça do espaço urbano, além do nível dominante de escolaridade dos pais e mães e o tipo de suporte recebido durante a graduação. A prevalência do suporte financeiro dos genitores aponta para uma maioria de estudantes de psicologia que não pertencem aos estratos socioeconômicos menos favorecidos, ao menos no período investigado (ingressantes entre 2008 e 2013). Merece registro que o curso ofertado na UFSC é oferecido em tempo integral, o que dificulta o acesso de estudantes que necessitam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, ainda que pouco mais de um terço dos respondentes não trabalhou durante a graduação.

A prevalência de suporte econômico guarda, ainda, relação com o grau de escolaridade dos pais e mães (Figuras 1 e 2), sendo que mais da metade apresenta, ao menos, diploma de graduação. Dessa forma, pode-se presumir que há entre os egressos um suporte financeiro e também intelectual, ainda que não necessariamente na mesma área de formação. Além disso, há semelhanças dessas variáveis com o recorte de profissionais recém-formados na pesquisa nacional sobre a atuação do psicólogo

realizada em 2008, embora naquela, os pais apresentaram escolaridade ligeiramente maior que as mães (Bastos & Gondim, 2010). A partir da ampliação do acesso às universidades, no entanto, o perfil dos estudantes de psicologia vem mudando: com base no Censo do Ensino Superior e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, Macedo & Reis (2021) apontam que em 2015 predominava o nível de escolaridade dos progenitores até o ensino médio.

Em relação ao grau de escolaridade dos pais, acompanhando os dados apresentados aqui, Mattos (2016), apoiado nos achados de Oliveira e Caggy (2013), destaca que as mulheres tendem a apresentar maior êxito no que tange ao desempenho acadêmico quando comparado aos homens. Vale destacar que o desempenho do estudante é influenciado por uma série de fatores, dentre eles: aspectos socioeconômicos, relações sociais, psicológicas, aspectos da didática aplicada na formação, bem como aspectos relativos à organização da grade curricular.

Porém, há uma inversão do quadro relativo à renda de homens e mulheres. Em termos nacionais, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017); ainda que as mulheres estudem mais, seu rendimento médio é 22% inferior ao dos homens. A diferença salarial entre os gêneros, com ensino superior, chega a 38%, além de serem mais atingidas pelo desemprego, cujo índice é de 13,1% (DIEESE, 2019).

Os índices a respeito do suporte e escolaridade dos pais e mães apontam para a existência de um *ethos*, isto é, uma cultura universitária compartilhada pelos egressos da psicologia e seus genitores. As estratégias familiares de acesso e permanência na universidade, como constatado em outra pesquisa sobre egressos da graduação (Mattos, 2016), divergem de acordo com o rol de possibilidades, largamente orientadas pela sua origem social. Mattos (2016) destaca que estudantes que são os primeiros de suas famílias a acessarem a universidade vivenciam desvantagem por não herdarem o referido *ethos* e, portanto, não conhecerem os códigos ali vigentes, embora encontrem alternativas para supri-las ao longo do percurso.

De maneira geral, os resultados evidenciam uma avaliação positiva em relação à formação obtida, o que é evidenciada na percepção dos egressos sobre os diferentes aspectos do curso. Essa avaliação parece ser fortemente alavancada pelas atividades de estágio e extensão, pois estas guardam relação com as suas práticas profissionais

preponderantes em vigor, como será discutido adiante. Além disso, mesmo nos casos em que os respondentes atuam fora do campo da psicologia, alguns reconhecem o papel da formação em suas atividades cotidianas.

A escolaridade dos genitores pode oportunizar e influenciar também a continuidade dos estudos entre os pesquisados. No caso deste estudo, o fato da maioria dos participantes realizarem pós-graduação reflete uma tendência atual (Mattos & Bianchetti, 2011), mas provavelmente também expressa um incentivo ou, até mesmo, uma influência naturalizada pela experiência dos familiares. A porcentagem de egressos que realizou algum tipo de formação complementar supera em mais de 20% os dados de âmbito nacional produzidos em 2008, mantendo-se o destaque para a especialização (Yamamoto, Souza, Silva & Zanelli, 2010). Isto denota um incremento considerável na procura por pós-graduação, transcorrido uma década e reforça o argumento exposto anteriormente sobre o número de matrículas e a intensificação do trabalho docente (Bianchetti et al. 2018; Sguissardi & Silva, 2009).

Há ligação entre as ênfases do curso investigado e as áreas da pós-graduação. Nesta, há destaque para a ênfase em saúde (correlata da área das Ciências da Saúde, principalmente na modalidade especialização/formação clínica), que representa cerca de 1/5 da preferência pela continuidade dos estudos. Isto evidencia a tradição da área voltada à clínica, bem como modelos de formação mais recentes, como residência nas áreas hospitalar, saúde mental e atenção primária, além de outras políticas de formação em saúde pública, fortemente alavancadas pela implantação do Sistema Único de Saúde. Dentro dos quase 2/3 que realizam/realizaram um curso *lato sensu* vinculados às Ciências Humanas, encontram-se as demais ênfases do curso, ou seja, trabalho, organizações e gestão, escolar e educacional e processos comunitários e ações coletivas.

Quanto ao início da vida laboral, 70% dos egressos que não trabalharam durante a graduação consideram que a formação no nível da graduação foi importante para entrar no mercado de trabalho. A transposição do mundo da educação para o mundo do trabalho encontra espaço mormente no mercado de trabalho. A formação obtida, para além da aquisição do diploma profissional também revela o quanto a instituição de ensino respalda a inserção profissional dos egressos. No caso da UFSC, a importância dessa inserção é acentuada por esta ser a única instituição pública do estado a ofertar o curso de Psicologia, somado ao fato dos participantes da pesquisa serem majoritariamente originários de Santa

Catarina.

A respeito da inserção atual no mercado de trabalho, é positivo que mais de  $\frac{3}{4}$  dos respondentes estivessem trabalhando no momento da pesquisa (maioria formalmente) e, mesmo dentre os que não estavam, a maior parte já havia trabalhado anteriormente. Quanto ao tipo de vínculo, quase metade eram servidores públicos e  $\frac{1}{4}$  eram funcionários de empresas privadas. Mantinha-se, no entanto, um percentual bastante expressivo (28,8%) de profissionais liberais. Esse quadro se aproxima da pesquisa nacional (Bastos & Gondim, 2010), segundo a qual 18% dos psicólogos entrevistados atuavam exclusivamente como autônomos e 73% tinham algum vínculo assalariado, predominantemente no setor público.

Há diferenças, no entanto, do levantamento mais recente feito pelo DIEESE (2016), por contrato firmado com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), segundo o qual a maior parte dos psicólogos trabalhavam por “conta própria” (42%) – número bastante superior à média geral de profissionais com ensino superior (13,5%). Seguindo com os dados do CFP, 22,6% eram empregados com carteira, 20,8% funcionários públicos estatutários, 8,9% empregados sem carteira e 5,8% empregadores. Em termos da região sul do país, há um quadro ainda mais específico, de acordo com Gusso et al. (2019), onde apenas 9,3% atuam como autônomos, sendo que a maioria trabalha em organizações privadas (71%) ou no campo da prestação de serviços (37%), porém não é registrada como psicólogo (72,1%).

Dos egressos que estavam trabalhando, a maioria (quase  $\frac{2}{3}$ ) atuava apenas na área da psicologia e, do  $\frac{1}{3}$  restante, metade atuava com psicologia complementarmente a outra área e a outra parte não trabalhava com psicologia. Esses resultados são bastante similares ao quadro encontrado na pesquisa por amostragem nacional (Bastos & Gondim, 2010), porém divergentes da pesquisa mais recente (DIEESE, 2016), segundo a qual 83,6% dos psicólogos tinham apenas um vínculo de trabalho, enquanto uma minoria, 13,9% tinham dois.

A respeito das áreas da psicologia nas quais os egressos estavam inseridos, é possível observar relação com os estágios e atividades de extensão realizados na graduação, sugerindo que tais experiências potencializam inserções profissionais futuras. Nessas atividades, também predominam as áreas de saúde e/ou clínica, mas também houve registros elevados das outras três áreas do curso (trabalho, social e educação).

Destaca-se que, nos estágios a sequência dos percentuais segue esta tendência, porém os terceiro e quarto lugares aparecem ligeiramente invertidos (escolar e educacional, seguida de processos comunitários e ações coletivas). Outras atuações também aparecem nesta pesquisa, talvez não como novidade, tampouco pela sua expressividade numérica, mas merecem destaque por extrapolar as atuações clássicas dos psicólogos. São elas: psicologia jurídica, psicologia do esporte, psicologia hospitalar e psicopedagogia.

Também há paralelos entre a natureza dos vínculos empregatícios e as áreas de atuação, uma vez que o grande número de autônomos, ou seja, aqueles que trabalham por conta própria, sugere guardar relação com a prática clínica ou com algum tipo de assessoria especializada. Quanto às outras áreas, é possível que haja ligação com empresas privadas e com as diversas políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança pública, atuações no serviço público como garantia de espaço laboral mais recente.

Sobre esta mesma temática, em comparação com pesquisa nacional sobre a atuação dos psicólogos, realizada por Bastos e Gondim (2010) e reiteradas por Furtado (2012), há semelhanças, mas também algumas divergências. Naquela pesquisa, foi feita distinção entre as áreas clínica (53,9% dos psicólogos) e da saúde (27%). Ademais, as outras áreas de atuação em Bastos e Gondim (2010) repetem, em partes, o padrão encontrado na presente pesquisa: organizacional (25,1%), docência (14,6%), educacional (9,8%), social (4,8%) e jurídica (2,2%). Há, portanto, uma inversão na posição entre o campo social e educacional.

Cabe destacar que a criação e desenvolvimento, nas últimas décadas, de políticas públicas de acesso universal, abrangendo principalmente parcelas mais vulneráveis da população abrem espaço para atuação de profissionais da psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A inserção de psicólogos no SUAS, criado em 2005, esclarece porque na amostra existe um número maior de profissionais recém-formados atuantes no campo da psicologia social, espaço ocupado anteriormente pela psicologia escolar/educacional. Mais do que uma disputa por posição entre as áreas de atuação, cabe frisar aqui a abertura de novos espaços de atuação profissional qualificada e respaldados pelo Estado.

Nesse sentido, ainda que a clínica individual seja o principal fator que constituiu a “identidade” do psicólogo, ela ainda é uma área de atuação restrita a determinados

estratos socioeconômicos, quando exercida em consultórios particulares, dado seu caráter privatista e majoritariamente individualizante. De acordo com Furtado (2012), as mudanças geradas pelo aprimoramento dos serviços públicos podem aproximar profissionais da psicologia da população de baixa renda e/ou com vulnerabilidades sociais. Mostras dessa variedade de inserção são reforçadas pelos dados encontrados nesta pesquisa e pelo levantamento do DIEESE (2016), que mostra que a atuação prioritária de psicólogos se concentra nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, perfazendo 74,8% de sua prática profissional.

Os dados coletados evidenciam, portanto, que as práticas de atuação profissional dos egressos apresentam certa variedade, mas ainda guardam relação com a atuação clássica da profissão (Tabela 2). Entre o fazer dos psicólogos, é possível perceber que há prevalência de atividades gerais, que perpassam os diferentes campos de atuação. Por exemplo, “Diagnóstico Psicológico”, “Acompanhamento e Orientação Psicológica” e “Orientação e Seleção Profissional” transcendem um campo específico de atuação, pois podem ocorrer em consultório, escola, empresa e instituições ligadas à assistência social. As demais atividades referenciadas estão mais dispersas e encontram espaço em campos específicos da psicologia.

### **Considerações finais**

Diante das reflexões apresentadas neste artigo é possível afirmar que os egressos da psicologia formados na UFSC carregam generalidades à luz dos dados nacionais (Bastos & Gondim, 2010; DIEESE, 2016), evidenciando assim uma convergência na formação e atuação profissional dos psicólogos brasileiros. Não obstante, ainda que as principais atuações desses egressos estejam vinculadas às práticas tradicionais da psicologia (principalmente à área clínica), os dados desta pesquisa anunciam mudanças recentes na atuação profissional, que não aparecem na pesquisa de abrangência nacional realizada há cerca de dez anos (Bastos & Gondim, 2010).

Em primeiro lugar, há aumento da atuação na área de psicologia social e processos comunitários, as quais sugerem ter relação com o SUAS. Adicionalmente, formações complementares no nível de pós-graduação voltadas para a atenção à saúde integral, direcionadas a uma clínica ampliada, transdisciplinar, como as residências em saúde são

fortemente alavancadas pelo SUS. Enfim, as atuações dos participantes em áreas que extrapolam as clássicas também compõem os campos de atuação dos psicólogos, como, por exemplo, a psicologia jurídica e do esporte.

Cabe destacar que o período analisado na pesquisa coincide com a implantação das políticas de Estado que garantem o acesso ao ensino superior público a uma população economicamente desfavorecida. Em função disso, acredita-se que os dados não puderam demonstrar ainda a diversidade neste espaço universitário, seja em termos de origem social e regional, ou seja, em termos de formação educacional básica no âmbito público, além de distribuição por gênero e características étnico-raciais. Esta talvez seja a maior limitação deste estudo, ainda que alheio à vontade das pesquisadoras.

Como desafio e forma reparatória desta lacuna, sugere-se a replicação continuada desta investigação a cada cinco anos (tempo regular da graduação), a fim de verificar permanências e/ou mudanças no perfil dos egressos do curso investigado. Aponta-se, inclusive, a possibilidade de realizar estudos comparativos sobre trajetórias profissionais de psicólogos recém-formados, egressos de universidades de diferentes regiões ou até mesmo entre instituições públicas e privadas após a implantação das diferentes políticas educacionais, tais como o REUNI, PROUNI e a política de cotas, a fim de identificar as constâncias e especificidades dos diferentes públicos investigados.

Por fim, reitera-se a importância de investigar como esse novo grupo - mais diverso - de psicólogos que está sendo formado contribuirá para aprimorar a Psicologia, como ciência e profissão. A aposta é que, pela maior abrangência de contextos sociais e econômicos de origem, os futuros profissionais busquem se aproximar ainda mais do atendimento às demandas sociais, aprofundando as tendências já detectadas nos dias atuais.

### Referências

- Bastos, A. V. B., & Gomide, P. I. C. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 227-254). Natal: EDUFRN.
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Eds.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil: Um exame à luz das categorias da psicologia do trabalho e organizacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Bianchetti, L., & Valle, I. R. (2014). Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio:*

*Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22(82), 89-110. doi: 10.1590/S0104-40362014000100005

Bianchetti, L.; Zuin, A. A. S. & Ferraz, O (2018). *Publique, apareça ou pereça: Produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital*. Salvador: EDUFBA.

Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. (2011). *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia* (Resolução CNE/CES n. 5 de 15 de março de 2011). Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192)

Conselho Nacional de Saúde. (2018). *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia* (Resolução CNS n. 597, de 13 de setembro de 2018). Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso597.pdf>

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Coordenadoria do Curso de Graduação em Psicologia. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia: Formação de psicólogo e licenciatura em psicologia*. Florianópolis: UFSC. Recuperado de [https://psicologia.paginas.ufsc.br/files/2018/10/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Psicologia\\_2018.pdf](https://psicologia.paginas.ufsc.br/files/2018/10/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Psicologia_2018.pdf)

*Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. (2007, 24 de abril). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 05 de dezembro de 2018, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2016). *Projeto 2 – Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro: Relatório final, análise de dados, contrato de prestação de serviço DIEESE - Conselho Federal de Psicologia*. São Paulo: DIEESE. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2017). *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016: Mercado de trabalho: livro 1*. São Paulo: DIEESE. Recuperado de [https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1\\_MercadoTrabalho.html](https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho.html)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2019). *Boletim Emprego em Pauta, 13*. São Paulo: DIEESE. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2019/boletimEmpregoEmpauta13.html>

- Fernandes, S., Seixas, P., & Yamamoto, O. (2018). Psicologia e concepções de formação generalista. *Psicologia da Educação*, 47, 57-66. doi: 10.5935/2175-3520.20180018
- Furtado, O. (2012). 50 anos de Psicologia no Brasil: A construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 66-85. doi: 10.1590/S1414-98932012000500006
- Gusso, H. L., Alvarenga, A. S., Nunes, P. P., Nunes, M. F. O., De Luca, G. G., & Oliveira, M. Z. (2019). Psicologia Organizacional e do Trabalho no Sul do Brasil. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(3), 644-652. doi: 10.17652/rpot/2019.3.16131
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Assessoria de Comunicação Social. (2017). MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. *INEP*. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais. (2019). *Panorama da educação: Destaques do Education at a Glance 2019*. Brasília: INEP, Ministério da Educação. Recuperado de [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6853568](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6853568)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (2015). *Vol. 4. Egresso e empregabilidade: análise da relação do egresso dos cursos de graduação avaliados no ENADE 2005 e 2008 e sua inserção no mercado de trabalho*. Brasília: INEP, Ministério da Educação. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Vol+4/0c4a99ac-5ce3-45ae-8e7b-fe384c1a6a31?version=1.4>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (2019). *ENADE 2018, Relatório síntese de área: Psicologia*. Brasília: INEP, Ministério da Educação. Recuperado de [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2018/Psicologia.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Psicologia.pdf)
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: Casa

Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 05 de junho de 2018, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)

- Macedo, J. P., & Reis, S. T. (2021). Políticas educacionais dos governos PT (2003-2016): Impacto no perfil dos graduandos em Psicologia. *Educação em Revista*, 37. doi: 10.1590/0102-4698234389
- Mancebo, D. (2011). Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In A. M. Catani, J. R. Silva., Jr., & S. M. Meneguel (Orgs.), *A cultura da universidade pública brasileira: Mercantilização do conhecimento e certificação em massa* (pp. 29-40). São Paulo: Xamã.
- Mattos, V. B. (2016). *Observatório da vida estudantil: Impacto da formação de jovens profissionais em uma universidade federal no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Mattos, V. B., & Bianchetti, L. (2011). Educação continuada: Solução para o desemprego? *Educação e Sociedade*, 32(117), 1167-1184. doi: 10.1590/S0101-73302011000400015
- Moreno, A. C. (2019). Repasses do MEC para universidades federais chegam ao menor patamar em sete anos. *Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. Recuperado em 23 de abril de 2020, de <http://www.andifes.org.br/repasses-mec-para-universidades-federais-chegam-ao-menor-patamar-em-sete-anos/>
- Oliveira, D. J. A., & Caggy, R. C. S. S. (2013). Análise dos fatores influenciadores do desempenho acadêmico de estudantes de administração: Um olhar do docente. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, 6(1), 05-28. Recuperado de <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/285>
- Pereira, E. M. A. (2011). Currículo universitário: o que pensam os docentes? In A. M. Catani, J. R. Silva., Jr., & S. M. Meneguel (Orgs.), *A cultura da universidade pública brasileira: Mercantilização do conhecimento e certificação em massa* (pp. 111-128). São Paulo: Xamã.
- Ristoff, D. (2016). *Cadernos do GEA, Vol. 9: Democratização do campus: Impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação*. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LLP. Recuperado de [http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno\\_GEA\\_N9\\_Democratização-do-campus.pdf](http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratização-do-campus.pdf)
- Sguissardi, V., & Silva, J. R., Jr. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã.
- Yamamoto, O. H., Souza, J. D., Silva, N., & Zanelli, J. C. (2010). A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. In A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Eds.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 45-65). Porto

Alegre: Artmed.

Zatti, F., Luna, I. N., Silva, N., & Feigel, G. L. R. (2017). Desenvolvimento de carreira de estudantes durante a graduação: Análise de fundamentos epistemológicos em estudos nacionais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 17(3), 150-158. doi: 10.17652/rpot/2017.3.13269